

Editorial

Fundamentos históricos, teórico-metodológicos e ético-políticos do Serviço Social

Nesta edição da *Libertas* nos dedicamos ao tema dos fundamentos do Serviço Social, enraizados na inserção histórica da profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho, na particularidade da sociedade capitalista. Os fundamentos da profissão incluem a produção de conhecimento caracterizada pelas pesquisas peculiares à área de Serviço Social, bem como a interlocução contínua com as áreas de ciências humanas e sociais. Conforme explicitamos na ementa para este dossiê, nesta temática estão incluídos os estudos e pesquisas que tratam das dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas do Serviço Social, além de produções que abordam as demandas e perfis dos sujeitos que utilizam os serviços sociais; as relações estabelecidas entre assistentes sociais e as lutas/movimentos sociais na mediação com as políticas sociais; e as formas de organização da profissão.

Apresentamos às/-aos leitoras/es um conjunto instigante de artigos que abordam os fundamentos do Serviço Social de modos distintos, na particularidade de inserções históricas, institucionais, situadas, inclusive, em diferentes países. Afirma-se, assim, um debate teórico plural no campo crítico.

Tratando-se de uma revista que tem recebido parte da produção de discentes e docentes vinculados à pós-graduação no Brasil, é relevante identificar algumas características peculiares. Na particularidade brasileira, a interlocução com este tema tem se estabelecido pela apropriação de matrizes críticas, com destaque às perspectivas inspiradas na teoria social marxista. Este campo de produção e debate tem estimulado formulações que contribuem para o exercício profissional, sobretudo para a análise da realidade – nas expressões da questão social – mediadas pelas requisições institucionais e demandas sociais a serem respondidas pelas/os assistentes sociais. É mister reconhecer a contribuição destas produções para a formulação de estratégias profissionais e posicionamentos ético-políticos alinhados a perspectivas emancipatórias, em estreita relação com a ressignificação e/ou criação de modos de operar a partir de referências e posicionamentos histórico-críticos, impactando na dimensão técnico-

operativa da profissão.

Organizamos o sumário com a apresentação inicial de três artigos cujas abordagens situam a profissão na particularidade da sociedade capitalista, distinguindo a inserção periférica de países latino-americanos e a centralidade da questão social para a compreensão das políticas sociais e do Serviço Social. Abrimos com o artigo **“Capitalismo dependente e Serviço Social: resistência, lutas e construções”**, escrito por Eduardo Henrique Moraes Santos, Mariana Teodoro de Sousa, Yve Matayoshi Galvão e Lesliane Caputi. O artigo proporciona refletir sobre o trabalho de assistentes sociais no contexto do capitalismo dependente brasileiro, “marcado pela precarização e superexploração do trabalho” e traz elementos para entender os desafios e estratégias coletivas de resistência e luta dos assistentes sociais no Brasil. “Essas estratégias, em articulação com as entidades representativas da categoria, fortalecem as condições cotidianas de trabalho no contexto brasileiro bem como a luta em defesa dos direitos do conjunto da classe trabalhadora”. E concluem, “em um contexto marcado pela desigualdade, pela precarização e pela superexploração da força de trabalho, o Serviço Social, ao atuar de forma crítica e comprometida, contribui para questionar e expor as contradições do capitalismo dependente e para a construção de alternativas que promovam uma sociedade mais justa e equitativa”. Na sequência, Lorena Ferreira Portes, Melissa Ferreira Portes e Evelyn Secco Faquin apresentam os **“Elementos para pensar o trabalho profissional de assistentes sociais pela perspectiva da totalidade social”**. O artigo analisa o trabalho profissional, “destacando a compreensão das políticas sociais como campo mediador”, distinguindo os objetivos postos pelas políticas sociais e os objetivos profissionais. Assim, as autoras apresentam elementos para o “enfrentamento do traço praticista que desemboca na forma de compreender o trabalho e planejar as ações profissionais”, defendendo a incorporação de uma “postura dialógica, educativa e de formação permanente”. Entre outros resultados, o artigo possibilitou “aprofundar a reflexão sobre a dimensão técnico-operativa no Serviço Social, que não pode ser analisada de forma desarticulada das demais dimensões do trabalho profissional — teórico-metodológica e ético-política —, tampouco apartada da realidade concreta”. Por sua vez, Ana Carolina do Nascimento Rodrigues escreve sobre os **“Fundamentos do Serviço Social: a “questão social” no centro do debate”**. Trata-se de um debate teórico-conceitual, realizado através de revisão bibliográfica, no qual a questão social é “compreendida a partir da Lei Geral da Acumulação Capitalista” e analisada na “formação sócio-histórica brasileira” e nas “transformações societárias que alteram as suas expressões na atualidade”. A autora conclui: “o que se apresenta como inequívoco é que este fenômeno [questão social] e todo o processo que ele desencadeia numa fase específica do capitalismo criam a necessidade e, por isso, a condição para a

existência do Serviço Social”.

O segundo conjunto é composto por cinco artigos que tratam do Serviço Social em uma perspectiva internacional ou situado em distintos países (Brasil, Itália, Espanha e Costa Rica). As autoras Débora Holanda Leite Menezes, Camila Andrade Moura Cardoso e Jullie Doria Freitas abordam as definições de Serviço Social e o debate no âmbito da FITS (Federação Internacional de Trabalho Social). O artigo escrito por elas, intitulado “**Trabalho Social uma definição em disputa: breve revisão do debate de lutas e resistências**” “realiza uma crítica à definição mundial do Trabalho Social formulada pela FITS em 2000, destacando suas limitações teóricas, políticas e práticas no contexto da atuação profissional” e os debates no âmbito latino-americano que ensejaram alguns avanços na definição de 2014. Já os autores Rafael Vieira Teixeira e Janaína Lopes do Nascimento Duarte escrevem sobre a “**Internacionalização sob critérios hegemônicos: reflexões sobre a área de Serviço Social no CAPES-Print**”, artigo no qual apresentam os resultados da pesquisa na área de serviço social junto aos programas de pós-graduação no Brasil, tendo como foco o CAPES-Print. O objetivo foi “analisar o acúmulo da área frente aos critérios e prioridades do Programa CAPES-Print”. Os autores concluem que “as análises apresentadas sobre a internacionalização da área de Serviço Social no CAPES-Print indicam que os critérios do Programa prevalecem no sentido de direcionar os trabalhos de cooperação internacional, sob a perspectiva hegemônica de internacionalização”. Porém, a área de Serviço Social “tende a conectar-se estrategicamente a princípios construídos pelo acúmulo coletivo da profissão, no sentido da solidariedade latino-americana e entre países de economia dependente, principalmente os de idioma lusófono”. As autoras Salyanna de Souza Silva; Gisele Caroline Ribeiro Anselmo e Francesca Cubeddu apresentam o artigo “**Serviço Social, transformações no trabalho e desafios ético-políticos: uma análise comparativa Brasil-Itália**” no qual expõem “as diferenças entre Brasil e Itália no que se refere aos processos de precarização e flexibilização das relações laborais sob a égide do neoliberalismo”. As autoras destacam o “crescimento de um processo de ‘externalização dos serviços sociais’ a nível mundial”, e que “nessa dinâmica, embora os/as profissionais sejam contratados/as pelo Estado, os vínculos e atribuições estão cada vez mais subordinados às organizações sociais, evidenciando o tensionamento entre a lógica mercantil e o projeto ético-político da profissão”. E concluem, “se na Itália, graças à adoção de pacto fordista-keynesiano e da força do movimento sindical operário, o mercado de trabalho contou com maior proteção social; no Brasil, ao contrário, a precarização, a informalidade e a flexibilização sempre estiveram presentes nos elementos estruturantes da relação capital-trabalho”. Seguimos com a análise da formação em Serviço Social, na Espanha. Os autores Miguel Angel Oliver Perelló,

Virgínia Alves Carrara, Rosana Matos-Silveira e Allana Alcântara Guimarães subscrevem o artigo **“La formación de Trabajo Social en el proceso de modernización y construcción democrática en España”**, destacando que na década de 1980 “os cursos de Serviço Social na Espanha foram reconhecidos como Diplomaturas e passaram a ser oferecidos pelas universidades. Segundo as Diretrizes do Real Decreto 1850/1981, as universidades públicas aprovaram currículos, que foram posteriormente homologados pelo Conselho de Universidades. Estas alterações se processam dentro do contexto histórico de mudança na Espanha, com a criação e desenvolvimento dos serviços sociais, na aprovação de várias leis regionais sobre serviços sociais e na realização de congressos profissionais sobre a disciplina que refletiram os interesses e preocupações dos assistentes sociais durante aqueles anos”. Para os autores, “os resultados [deste estudo] destacam os novos perfis profissionais que se pretendeu com a Diplomatura, de carácter mais técnico e com uma formação voltada para a intervenção social e não para a investigação”. Fechando este conjunto, apresentamos a análise de Freddy Esquivel Corella sobre o debate da instrumentalidade no Serviço Social em Costa Rica. O artigo intitulado **“30 años de debates sobre instrumentalidad: reflexiones desde la experiencia docente e investigativa del Trabajo social en Costa Rica”** retoma o debate sobre a instrumentalidade “que alcançou 30 anos de maturidade, expandindo-se no Serviço Social da América Latina, repercutindo nos processos formativos, de pesquisa e de reprodução do exercício profissional”. Na Costa Rica, “como no restante da América Central”, o debate “adquiriu um lugar fundamental que teve de enfrentar determinadas condições intelectuais, acadêmicas, políticas e éticas que desafiam o rigor, a profundidade e a fundamentação analítica inaugurados com a obra-prima da professora Dra. Yolanda Demetrio Guerra, em 1995”. Em síntese, o autor afirma que “a delimitação explicativa dos objetos de pesquisa, auxiliada pelo debate sobre instrumentalidade, direciona em grande parte a formulação dos problemas de investigação saturados de profundos referenciais que interrogam a razão, a consciência, os meios, os fins, a sustentação ético-política, o projeto profissional, a sociedade e suas legalidades, assim como as margens de manobra imediatas e mediatas”.

O terceiro conjunto, composto por seis artigos, dedica-se ao debate teórico-conceitual dos fundamentos do Serviço Social desde a produção acadêmica referenciada no Brasil. Parte dos artigos abordam as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa do Serviço Social, em estreita relação com as requisições e demandas postas às/-aos assistentes sociais em diferentes espaços sócio-ocupacionais, na relação com as/os usuárias/os. As autoras Ana Clara Serpa Cardoso, Érica Aparecida dos Santos Francisco e Luciana Gonçalves Pereira de Paula expõem **“Diferentes abordagens sobre fundamentos do Serviço Social e a**

necessidade deste debate”. O artigo propõe “reflexões sobre a necessidade da aproximação e/ou retorno ao debate dos fundamentos da profissão, procurando demonstrar como eles se fazem imprescindíveis para a compreensão do [seu] significado social” e tecem considerações sobre a “importância do avanço em estudos, pesquisas e produções sobre os fundamentos do Serviço Social”. Ao final da análise, elas destacam que “o debate sobre os fundamentos do Serviço Social – consensualmente hegemônico em meio a nossa categoria profissional – encontra, de fato, muitas convergências. Mas, também esconde/revela a existência de diferentes abordagens sobre o tema. Essas diferentes abordagens, nem sempre são facilmente percebidas, pois não se revelam de maneira tão explícita e imediata. A sua captura exige um mergulho mais profundo nos estudos desses fundamentos da profissão”. Claudio Henrique Miranda Horst apresenta **“Os fundamentos do serviço social como pressuposto para a construção do projeto de trabalho”**. O artigo tem como objetivo “recuperar os fundamentos históricos e teóricos do Serviço Social brasileiro com vistas a contribuir para a construção do projeto de trabalho de assistentes sociais nos diversos espaços sócio-ocupacionais”. O autor dedica-se aos conteúdos que perpassam a elaboração de um projeto de trabalho profissional, sendo que a “ênfase escolhida para aprofundamento foi em torno (...) [da] concepção de profissão; o objeto/materia de trabalho; os objetivos do trabalho; os valores ético-políticos e as atribuições e competências profissionais”. Ao final, considera que “o projeto de trabalho não é um mero instrumento ou um manual. Deve condensar limites e possibilidades, sendo assim, articular os elementos institucionais e os compromissos profissionais. E deve ser um instrumento de constante avaliação”. O autor Vinícius Paulino Lopes da Silva apresenta o artigo sobre as **“Tecnologias de informação e comunicação e assistência social: inflexões no Serviço Social”** visando “contribuir no debate crítico sobre a intensificação do uso das tecnologias de informação e comunicação (TICs) pelo Estado na PAS [Política de Assistência Social], evidenciando suas implicações no âmbito dos direitos sociais e no âmbito profissional no Brasil”. Ao final, o autor reitera que as “tecnologias sob o crivo do capital financeiro” prometem “performar a automatização das respostas profissionais e facilitar os processos de trabalho”, mas elas “de forma alguma” suprimem a necessidade de uma formação continuada que considere a unidade das dimensões “teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, político-pedagógica e intervenciva”, mantendo o compromisso com a qualidade nos serviços prestados às/-aos usuárias/os. Ainda na área da assistência social, as autoras Raquel Correia de Oliveira e Roselene de Souza Portela expõem as **“Demandas e desafios no atendimento socioassistencial a jovens na Amazônia Marajoara”**. O artigo analisa “as demandas das juventudes e as dificuldades para sua inserção como sujeitos de direito nos

programas, serviços e projetos desenvolvidos pelos Centros de Referência da Assistência Social de Breves, no Marajó/PA". Por sua vez, "os resultados evidenciam a urgência da participação juvenil no planejamento das ações - atualmente centralizado na gestão municipal - e a necessidade de um trabalho intersetorial que amplie o acesso às políticas sociais". As autoras indicam a necessidade do conhecimento "das particularidades socioculturais da região" para avançar nas "restrições de acesso aos programas, serviços e projetos". Já o artigo de Joseane Barbosa de Lima aborda "**A atuação do assistente social na saúde frente à disputa de hegemonias: uma análise gramsciana**", que tem como objetivo "analisar o exercício profissional do assistente social no campo da saúde pública, à luz do pensamento de Antônio Gramsci e dos fundamentos do Projeto Ético-Político do Serviço Social". A autora recolhe as contribuições do pensamento gramsciano apropriados no Serviço Social desde os anos de 1980, contexto em que "a profissão redefine sua direção social, assumindo um compromisso ético-político com a emancipação humana e com a construção de uma ordem social pautada na justiça, na equidade e na universalização dos direitos. Ao articular teoria e prática, ética e política, o projeto profissional adquire um caráter pedagógico, com potencial transformador, afirmando-se como crítica à ordem vigente e como força promotora de novas formas de organização e consciência coletiva". A partir desses fundamentos ético-políticos, o artigo "examina a atuação do assistente social na saúde como espaço permeado por contradições, disputas de projetos societários, resistência e afirmação de práticas contra-hegemônicas. Essa análise se insere no contexto das ofensivas neoliberais e ultraconservadoras que vêm incidindo sobre o Sistema Único de Saúde (SUS) e os direitos sociais, tensionando o trabalho profissional e os princípios que o orientam" e busca "fortalecer o posicionamento crítico dos/das assistentes sociais frente às disputas ideológicas contemporâneas, reafirmando o compromisso da profissão com as lutas da classe trabalhadora pela transformação social". Concluímos este conjunto com o artigo intitulado "**Ainda estou aqui": análise do Ciclo de Memórias do Serviço Social na Ditadura**", escrito por Graziela Scheffer, Karla da Silva Apolinario e Sara Beatriz Silva de Oliveira, que apresenta o resultado da ação extensionista denominada "Ciclo de Memórias Serviço Social na Ditadura Civil-Militar", que "foram realizadas no formato de ciclo de debates por meio de depoimentos de estudantes, docentes e profissionais cujas experiências formativas e/ou profissionais ocorreram no período ditatorial". Este artigo analisa seis depoimentos realizados na ação, entendidos como "importante estratégia pedagógica de resgate das memórias coletivas acerca das formas das resistências profissionais na ditadura civil-militar. A memória profissional foi uma estratégia pedagógica de sensibilização da consciência histórica junto ao segmento acadêmico", haja vista que mesmo "passados 40 anos da ditadura civil-

militar, ainda persistem as heranças autoritárias que se evidenciam na polarização social no cenário político brasileiro”.

Seguindo a publicação dos artigos em fluxo contínuo, a *Libertas* apresenta a seção Tema Livre com importantes contribuições acerca de temas que versam sobre a teoria social, as transformações no mundo do trabalho e as políticas sociais. Abrimos a seção com o artigo de Álvaro Laine Menéndez, “**Ideología y ciencia en el interior de las relaciones de producción capitalistas**”, que propõe uma série de reflexões em torno do conceito de ideologia, indicando ser mais apropriado, no campo do desenvolvimento de uma questão epistemológica em torno deste tema, se pensar a relação “ideologia-sociedade” juntamente com a relação “ideologia-conhecimento”. Destacamos também o artigo de Reginaldo Ghiraldelli e Thais Pereira Carvalho, “**Acidentes de trabalho e (des)proteção social no Brasil**”, que objetiva analisar a intensificação dos acidentes de trabalho no Brasil a partir das transformações no mundo do trabalho e o desmantelamento da política social, utilizando indicadores referentes ao período de 2015 a 2024, destacando as diversas modalidades de precarização do trabalho e as diversas mudanças na legislação trabalhista. Na sequência, temos dois artigos que discutem, por uma perspectiva crítica, objetivos diferentes estabelecidos pela chamada Agenda 2030 da ONU. O primeiro é de autoria de Geysa Elane Rodrigues de Carvalho Sá e Edna Maria Goulart Joazeiro, intitulado “**A importância das políticas públicas para a primeira infância enquanto estratégia voltada à redução da mortalidade infantil no estado do Piauí**”, busca analisar os impactos das políticas da área da saúde voltadas para primeira infância (crianças de 0 a 6 anos) com intuito de reduzir a taxa de mortalidade infantil no estado do Piauí, destacando a meta 3.2 que integra os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU, que estabelece a eliminação de óbitos evitáveis de recém-nascidos e menores de 5 anos até 2030. O segundo, é o artigo “**Somos o futuro do Brasil? O Programa Pé-de-Meia e a Agenda 2030 da ONU**”, escrito por Eduardo Cechin da Silva e Rosilaine Coradini Guilherme, que propõe uma caracterização do Programa Pé-de-Meia, compreendido como um “incentivo financeiro-educacional, em formato de poupança, para estudantes em tempo integral da rede pública de ensino médio”, e estabelece relação com dois objetivos preconizados na Agenda 2030 da ONU que tratam da “educação de qualidade” e “trabalho decente e crescimento econômico”. A partir dessa análise os autores evidenciam o caráter de focalização e seletividade do programa, característico dos programas de transferência de renda próprios do receituário neoliberal. Para fechar a seção, temos o artigo de Iza Maria Pereira; Francisca Felícia Campos Paiva de Lima e Jean Carlos Dantas de Oliveira, “**A educação em saúde na atenção primária e o papel do assistente social**”, que tem como objetivo fazer uma discussão sobre o papel dos assistentes

sociais na educação em saúde na atenção primária, destacando a necessidade de ampliar a compreensão sobre a importância desses profissionais para a “promoção de práticas coletivas e democráticas, fundamentais para assegurar o acesso dos usuários aos serviços de saúde, especialmente no SUS”, permitindo a ampliação de “ações estratégicas” vinculadas “à gestão de políticas públicas, ao controle social, ao exercício da cidadania e à qualificação do SUS”.

Neste número publicamos dois artigos, no formato de relato de experiência. O primeiro, escrito por Francine Helfreich Coutinho dos Santos, “**Serviço Social e gestão de unidades acadêmicas na perspectiva da gestão democrática**”, trata sobre “os desafios colocados na gestão de unidades acadêmicas, subjacente à experiência na direção da Escola de Serviço Social de uma Universidade Pública, onde se problematizam os dilemas e estratégias construídos para a realização da gestão democrática que reitera a defesa da universidade pública ancorada, ainda, no projeto ético político do Serviço Social”. O segundo texto, de autoria de Waleska Matheus Rosa, sistematiza as ações no âmbito do “**Planejamento reprodutivo na Atenção Primária à Saúde: um relato de experiência**”, “a partir da atuação enquanto assistente social residente em uma Unidade Básica de Saúde”. A autora buscou compreender “como as diretrizes dos direitos reprodutivos/planejamento reprodutivo são incorporadas e executadas na prática pela Atenção Primária à Saúde, bem como identificar quais as contribuições que a residência multiprofissional pode oferecer nas ações de planejamento reprodutivo no cenário de prática”.

A entrevista “**Mas é preciso ter força, é preciso ter raça, é preciso ter gana sempre**”, realizada com a assistente social Luíza Erundina de Sousa, sintetiza a sua trajetória no Serviço Social (1967-1981), na qual se destaca o compromisso ético-político com os usuários e as iniciativas de organização da categoria. A entrevista foi realizada por Maria Lúcia Duriguetto, Maria Beatriz Costa Abramides e Maria Rosângela Batistoni, que reconhecem na trajetória de Erundina, uma conjugação da ação profissional comprometida nas e com as lutas sociais, aspectos que formaram um grupo de profissionais naquele período.

Fechando este número da *Libertas*, apresentamos a resenha elaborada por Fábio Luiz Nunes sobre o livro de Alain Depaulis, *Naissance de la transdisciplinarité* (Éditions L'Harmattan, 2024), ainda sem tradução para a língua portuguesa. A resenha, intitulada “**Interpenetrabilidade epistêmica como modelo contemporâneo de construção do conhecimento: reflexões a partir de Alain Depaulis**” expõe o desenvolvimento dos capítulos, além de destacar os principais argumentos do livro, acrescentando-se os comentários críticos feitos pelo resenhista.

Os fundamentos históricos do Serviço Social estão permeados pelas lutas sociais, na relação de unidade e antagonismo entre capital e trabalho, contradição peculiar à sociedade

capitalista. E como expressar a atualidade dessas lutas em forma de imagem? Chegamos, assim, à capa e à contracapa desta edição. A escolha das imagens¹ que compõem este número da *Libertas* dialoga com as lutas sociais atuais, dentre as quais a luta indígena em defesa do território para os povos originários, como também a luta pela propriedade coletiva da terra, seu uso social, como tem defendido, historicamente, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. A força desses movimentos provém, em grande medida, de milhares de mulheres que insistem e persistem na luta pela vida, ainda que sobrevivendo em condições difíceis. Assim, as imagens expressam o protagonismo feminino, a força e a resistência, através de cores vibrantes que assinalam a garra e a vitalidade necessárias a todas/os que desejam construir uma sociedade justa. E, para esta sociedade existir, é necessário enfrentar as barreiras impostas pelo capitalismo, as quais ameaçam a vida em todas as suas formas.

Ao final deste Editorial expressamos nossa gratidão à Isaura Gomes de Carvalho Aquino pelo trabalho realizado e por suas contribuições na Comissão Editorial da *Libertas* (2022-2025), dessa convivência permanecem os saberes e aprendizados compartilhados, além do espaço para um possível regresso.

Juiz de Fora, 23 de dezembro de 2025.

XVIII
Alexandra A. L. T. S. Eiras, Bruno Bruziguessi, Luciano Cardoso de Souza.

¹ As belas imagens da capa e contracapa foram registradas pelo fotojornalista Fabio Rodrigues-Pozzebom, da Agência Brasil, na III Marcha das Mulheres Indígenas, ocorrida em Brasília em setembro de 2023. Nesta edição do encontro – promovido pela Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA) –, o tema central foi “Mulheres Biomas em Defesa da Biodiversidade através das raízes ancestrais”, congregando a luta por igualdade de gênero, segurança, garantia de direitos e da preservação da cultura dos povos originários, assim como a demarcação de terras e a defesa da biodiversidade.